



III Congresso Nacional de Arquivologia

20 a 24 de outubro - Rio de Janeiro

Anais do III Congresso Nacional de Arquivologia
"Arquivologia e suas múltiplas interfaces"
Edição Ampliada



AAERJ

Associação dos Arquivistas
do Estado do Rio de Janeiro



ENARA

Executiva Nacional das Associações
Regionais de Arquivologia

De 20 a 24 de outubro de 2008
Rio de Janeiro

Executiva Nacional Das Associações Regionais De Arquivologia - ENARA

Coordenador: Daniel Beltran Motta

Entidades Filiadas:

ABARQ - Associação Brasiliense de Arquivologia

Presidente: Guaraci Paes

AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (Coord.)

Presidente: Carlos Frederico Machado

AARQES - Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo

Presidente: André Malverdes

AAPR - Associação dos Arquivistas do Paraná

Presidente: Eleopécio Fiori

AABA - Associação dos Arquivistas da Bahia

Presidente: Pablo Soledade de Almeida Santos

Coordenação do III Congresso Nacional de Arquivologia

AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro

Coordenação Geral:

Daniel Beltran Motta - Coordenador da ENARA

Carlos Frederico Machado - Presidente da AAERJ

Anna Carla Almeida Mariz - Presidente da Comissão Científica do III CNA

Equipe de Apoio:

Alex Pereira de Holanda

Lucina Ferreira Matos

Marcelo Nogueira de Siqueira

Patrícia Kelly dos Santos

Paulo Rodrigues

Renato Motta

Vanessa de Arruda Jorge

Welder Antônio Silva

Wagner Ridolphi

Equipe de Divulgação:

Paraíba: Marcela Teixeira	Rio Grande do Sul: Vinícius Mitto Navarro
Bahia: Ricardo Sodré Andrade	São Paulo: Inaldo Nascimento Conceição
Goiás: José Adilson Dantas	Distrito Federal: Associação Brasiliense de Arquivologia – ABARQ
Paraná: Associação dos Arquivistas do Paraná – AAPR	Espírito Santo: Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo - AARQES

Comissão Científica

Anna Carla Almeida Mariz, DSc (Presidente)

José Maria Jardim, DSc

Luiz Cleber Gak, DSc

Julia Bellesse da Silva Lins, DSc

Vanderlei Batista dos Santos, MSc

Daniel Flores, DSc

Elaine Coutinho Marcial, MSc

Márcia Valéria Brito Costa, MSc

Comissão de Apoio Científico:

Alex Pereira de Holanda

Lucina Ferreira Matos

Marcelo Nogueira de Siqueira

Vanessa de Arruda Jorge

Welder Antônio Silva

Equipe Editorial

Coordenação:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta

Projeto Gráfico:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta
Welder Antônio Silva
Michel El-Chaer Saddock de Sá

Redação e Organização:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta
Lucina Ferreira Matos
Vanessa de Arruda Jorge
Welder Antônio Silva

Revisão:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta
Vanessa de Arruda Jorge
Welder Antônio Silva

Edição e Distribuição:

ENARA - Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia
AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro
III Congresso Nacional de Arquivologia

C749t Congresso Nacional de Arquivologia (3. : 2008 : Rio de Janeiro, RJ)
III Congresso Nacional de Arquivologia : tema, arquivologia e suas múltiplas interfaces . - ed. aum. - Rio de Janeiro : ENARA : AAERJ, 2008.
1 cd-rom ; 4 ¾ pol.

1. Arquivologia - Congressos. I. Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivistas (Brasil).
II. Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro.
III. Título.

CDD: 027
ISBN: 978-85-62320-00-2

III Congresso Nacional de Arquivologia

Tema: "Arquivologia e suas múltiplas interfaces"

Eixos temáticos:

A Arquivologia contemporânea: métodos, objetos e dimensões teóricas.

A Arquivologia e suas relações com outros campos do conhecimento (seja nas práticas profissionais ou na produção do saber arquivístico)

Áreas de concentração:

1. Ensino e pesquisa em Arquivologia
2. Políticas arquivísticas
3. Normalização arquivística
4. Gestão e preservação de documentos digitais
5. Gestão e preservação de documentos audiovisuais
6. Tendências no mercado de trabalho
7. Relações interdisciplinares: confluências e antinomias.

Ementa:

A Arquivologia como território interdisciplinar. A arquivologia e as ligações que podem contribuir para o seu desenvolvimento. Os pontos de união com as outras áreas com as quais se relaciona e/ou faz fronteira, a compreensão dessas relações, os pontos de convergência e divergência e as disciplinas que favorecem os estudos arquivísticos e são favorecidas por eles. A arquivologia e o seu próprio território. A relação entre as partes do todo. O fortalecimento e o desenvolvimento da arquivologia. Reflexões sobre a área e as questões referentes ao seu objeto de estudo, considerando as suas especificidades.

Sessão de Abertura

Dia 20/10 – Arquivo Nacional
18hmin – 21h00min

Palestra:

Construção das múltiplas interfaces da Arquivologia

Maria Izabel de Oliveira

Sessões Plenárias

Dia 21/10 - Auditório – 25º andar
9h00min - 12h30min

Ensino e Relações Interdisciplinares da Arquivologia

Mediador: Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Palestras:

Dimensões interdisciplinares da Arquivologia

José Maria Jardim

Ensino: tendências para a formação em Arquivologia

Luiz Cleber Gak

**Archivística y Sociedad. Un alianza imprescindible para el afianzamiento de la
profesión**

Maria da Paz Martín-Pozuelo Campillos

Dia 23/10 - Auditório – 25º andar
9h00min - 12h30min

Gestão e Preservação de Documentos Digitais

Mediador: Vanderlei Batista dos Santos

Palestras:

Fatores de risco de perda de documentos eletrônicos de caráter arquivístico
Mário Augusto Muniz Guedes

**Certificação Digital integrada ao GED: conceitos,
fundamentos, aplicabilidades e desafios para migração de documentos
analógicos para digitais**
Stefano Kubiça

Dia 24/10 - Auditório – 25º andar
9h00min - 12h30min

Normalizações e Políticas Arquivísticas

Mediador: Paulo Knauss

Palestras:

Normas e Políticas Públicas Arquivísticas: uma abordagem conceitual
Ana Celeste Indolfo

ISDF: Uma nova norma para a recuperação do contexto
Vitor Manoel Marques da Fonseca

Análisis prospectivo de las políticas archivísticas en españa
Maria da Paz Martín-Pozuelo Campillos

Comunicações Livres

Dia 21/10 - Sala 4 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: Ricardo Sodré Andrade
(Mestrando em Ciência da Informação - UFBA)

Programa de Gestão Documental do Estado do Espírito Santo– PROGED
Alessandra Baptista Lyrio, Herlon Nardoto Gomes, Sandro Pandolpho da Costa,
Jussara Texeira, Ruth Mirian Salay de Mello, Aline Souza Gaigher, Silas Raasch

Integração de instrumentos de gestão documental ao sistema de correspondência e processos administrativos da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Vânia Medeiros Ribeiro, Maria Lourdes Blatt Ohira, Delsi Fries Davok

Gestão Arquivística de Documentos no Jornal Correio Braziliense: do planejamento à ação

Vânia Caldas, Paulo Vinícius Sette de Lima Mello, Michelle Ribeiro Cortês

Sistema de Acervos e Arquivos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: o projeto-piloto na Faculdade de Ciências Econômicas

Flavia Helena Conrado, Maria do Rocio Fontoura Teixeira

A gestão arquivística em uma instituição de ensino em saúde: um estudo de caso

Aline Pestana de Menezes, Ana Carolina Andrade dos Santos, Janete Romeiro, José Mauro da Conceição Pinto, Rodrigo Ferreira do Carmo

Padronização de instrumentos de classificação de documentos arquivísticos: uma proposta para as Instituições Federais de Ensino Superior e Tecnológico do Ministério da Educação

Inaldo Nascimento Conceição

Identificação de tipologias documentais como parâmetro para avaliação de documentos contábeis

Rafaela Augusta de Almeida

Dia 21/10 - Sala 5 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderadora: Lucina Ferreira Matos
(Mestranda em História, Política e Bens Culturais - FGV)

A contribuição da Arquivística para a gestão do acervo fotográfico de um Museu: O caso do Museu Histórico e de Artes de Ibiporã – PR - “Espaço de Memória”

Gleice Carlos Nogueira Rodrigues

Acervo fotográfico: produto das funções e atividades da Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira
Luciana Souza de Brito

Caricatura: análise, interpretação e representação documentária da imagem/texto
Rita de Cássia Souza Ribeiro

Representação e uso da fotografia jornalística em banco de imagens
Joice Cleide Cardoso Ennes de Souza

A migração de suporte para preservação do acervo sonoro da Rádio MEC
Marcelo de Oliveira Albuquerque e Munik de Araujo Miranda

Nova dança para uma velha orquestra: os sistemas nacionais de informação
Miriane da Costa Peregrino

A engenharia social e os profissionais da informação de arquivos empresariais
Tiago Braga da Silva, Attilio Provedel

Dia 22/10 - Sala 4 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: André Ricardo de A. V. Luz
(Mestrando em Ciência da Informação - UFF/IBICT)

Fluxos documentais em ambientes empresariais: características, tipologias e usos
Danilo André Bueno, Marta Lígia Pomim Valentim

Letramento digital: um subsídio na formação do profissional arquivista
Carlos Eugênio da Silva Neto, Janecely Silveira de Lima, João Wandemberg Gonçalves Maciel

Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico
Ricardo S. Andrade, Rubens R. G. da Silva

Repositórios Digitais e unidades de informação tradicionais e suas interfaces na Sociedade Informacional
Sílvia Mendes Masson

Documentos eletrônicos em processos comerciais: o caso das cidades de Angra dos Reis (RJ) e São Paulo (SP)
Alexandre de Souza Costa, Alexandre de Souza Pontes

Projeto de modernização dos arquivos do TJDFT – ÁREA-FIM – PROMA

Otacílio Guedes Marques

Proposta de critérios para escolha de software gerenciador de arquivo: o caso do Centro de Memória da Extensão da UFES

Alzinete Maria Rocon Biancardi, Edílson Freire Filho, Luiz Carlos da Silva

Assinatura digital como fenômeno infocomunicacional: estudo de caso no judiciário brasileiro

Moisés Rockembach, Lizete Dias de Oliveira

Dia 22/10 - Sala 5 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: Flávio Leal da Silva
(Professor da UNIRIO e Doutorando em Memória Social – UNIRIO)

O arquivo e a memória das minorias sociais: um estudo do fundo “Grupo Somos” do Arquivo Edgard Leuenroth

Antonio Gouveia de Sousa

Memória do trabalho: o tratamento do fundo documental do Sindicomerciários-ES e a sua importância para a história local

André Malverdes

Arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a Memória Institucional

Renato Crivelli Duarte

Estudo dos princípios de indexação e recuperação da informação em entrevistas de história oral

Daniele Cavaliere Brando

Usuários e pesquisas do arquivo da Casa de Memória Edmundo Cardoso (ACMEC)

Tassiara Jaqueline Fanck Kich, Carlos Blaya Perez

Estudo de usuários como instrumento para gestão de arquivos permanentes: aplicação na Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ

Ivone Pereira de Sá, Jean Maciel Xavier

Tratamento da documentação processual manuscrita do acervo do Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro século XIX e XX - características e peculiaridades

Solange Barbosa Bittencourt, Rosangela Maria Gaudie Ley Meneses

Antecedentes y perspectivas de la gestión del conocimiento en el Archivo Nacional de la República de Cuba desde la actividad de superación y postgrado visto a través de fuentes documentales

Edison Yamir Toledo Díaz

Dia 23/10 - Sala 4 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: Welder Antônio Silva
(Mestrando em Ciência da Informação – UFF/IBICT)

A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em
Arquivologia no Brasil (1996-2006)
Eliezer Pires da Silva

A produção científica relacionada à Arquivística no Brasil: configuração de
um campo extradisciplinar
Angelica Alves da Cunha Marques, Georgete Medleg Rodrigues

A construção discursiva em Arquivologia: aspectos conceituais
Thiago Henrique Bragato Barros, João Batista Ernesto de Moraes

A trajetória da Arquivologia: três visões sobre os arquivos
Eliezer Pires da Silva

A formação do estudante de Arquivologia da Universidade Estadual da
Paraíba
Aryelly S. C. de Sousa, Francinete F. de Sousa, Josivan Soares Ferreira, José Tavares dos Santos

O mercado de trabalho do profissional arquivista da UEL face à sua formação
Edilene Fatel Aureliano, Gisele Barreiros Oliveira, Linete Bartalo

A importância da leitura para os discentes do Curso de Arquivologia da
Universidade Estadual da Paraíba/UEPB
Josivaldo Soares Ferreira, Josivan Soares Ferreira, Marli Batista Fidelis, Josenildo Forte de Brito

Monitoria Eletrônica e Hipertextos: relevância de sua aplicação no ensino aos
profissionais da informação
Fernanda Pereira, Benildes Coura M. S. Maculan, Gercina Angela Borém O. Lima

Trabalhos apresentados nos Eventos Paralelos

21/10 - Auditório - 25º andar
14h00min – 17h30min

IV Reunião de Arquivos Judiciais

Gestão de documentos no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: uma evolução em gestão de documentos públicos
Gilberto de Souza Cardoso

22/10 - Auditório – 22º andar
09h00min – 12h30min

I Encontro Nacional de Arquivos Médicos

Projeto de revitalização e modernização dos Arquivos Médicos
Vania Franco de Oliveira

22 /10 - Sala 1 - 18º andar
09h00min – 12h30min

I Encontro Nacional de Documentação do Setor Energético

Nível de satisfação da organização documental da Usina Hidrelétrica de Itiquira – MT
Mariza Inês da Silva Pinheiro, Josilaine Oliveira César

23/10 - Sala 1 - 18º andar
14h00min – 17h30min

V Encontro de Paleografia e Diplomática

A Diplomática Arquivística Contemporânea: o papel teórico de Luciana Durante
Natália Bolfarini Tognoli

22/10 - Auditório – 22º andar
14h00min – 17h30min

II Encontro de Arquivos do Poder Legislativo

Os arquivos do Poder Legislativo da Paraíba: uma proposta de gestão documental
Ana Isabel de Souza Leão Andrade

Agradecimentos

Ana Lúcia Ferreira Gonçalves

André Ricardo Luz

Anna Szlejcher

Beatriz Kushnir

Carla Cavalcante de Hollanda

Carlos Wilton

Charley Luz

Cláudia Bemfica

Clube de Engenharia

Conselho Nacional de Arquivos

Ely Bastos de Lima

Fernanda Soares

Flávio Leal da Silva

João Euripedes Franklin Leal

João Nepomuceno

Lamberto Ricarte Serra Júnior

Marcos Moyses da Cunha

Maria Luiza Cavalcanti Jardim

Roberto da Costa Cardoso

Secretaria de Turismo da Prefeitura do Rio

Tereza Eleutério de Sousa

Vânia Maria Franco de Oliveira

Abertura do Congresso

A construção das múltiplas interfaces da arquivologia	18
---	----

Sessões Plenárias

Dia 21-10 Tema: Ensino e Relações Interdisciplinares da Arquivologia

Resumo do Mediador	27
--------------------	----

Ensino e relações interdisciplinares da Arquivologia	30
--	----

Ensino: tendências para a formação em Arquivologia	44
--	----

Archivística y Sociedad. Un alianza imprescindible para el afianzamiento de la profesión
(Texto não enviado pela palestrante)

Dia 23-10 Tema: Gestão e Preservação de Documentos Digitais

Resumo do Mediador	60
--------------------	----

Fatores de Risco de Perda de Documentos Eletrônicos de Caráter Arquivístico	63
---	----

Certificação Digital integrada ao GED: conceitos, fundamentos, aplicabilidades e desafios para migração de documentos analógicos para digitais	99
--	----

Dia 24-10 Tema: Normalizações e Políticas Arquivísticas

Resumo do Mediador	123
--------------------	-----

Normas e políticas públicas arquivísticas: uma abordagem conceitual	126
---	-----

ISDF: uma nova norma para a recuperação do contexto	138
---	-----

Análisis prospectivo de las políticas archivísticas en españa (Texto não enviado pela palestrante)

Comunicações Livres

Dia 21-10 sala 4

Resumo do moderador	146
Programa de gestão documental do estado do Espírito Santo – PROGED	148
A Gestão Arquivística em uma Instituição de Ensino em Saúde: um Estudo de Caso	157
O Sistema de Acervos e Arquivos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: um relato das atividades do projeto-piloto de organização do acervo documental da Faculdade de Ciências Econômicas	170
Padronização de instrumentos de classificação de documentos arquivísticos: uma proposta para as instituições federais de ensino superior e tecnológico do ministério da educação.	185
Gestão arquivística de documentos no jornal correio brasileiro : do planejamento à ação	203
Identificação de tipologias documentais como parâmetro para avaliação de documentos contábeis.	223
Integração dos instrumentos de gestão documental ao sistema de correspondência e processos administrativos (CPA) da universidade do estado de santa catarina (UDESC)	249

Dia 21-10 sala 5

Resumo do moderador	267
A engenharia social e os profissionais da informação de arquivos empresariais	269
A contribuição da arquivística para a gestão do acervo fotográfico de um museu.	283
Representação e uso da fotografia jornalística em banco de imagens	300
Acervo fotográfico: produto das funções e atividades da Escola de Enfermagem. Nossa Senhora Medianeira de Santa Maria	319
A migração de suporte para preservação do acervo fonográfico da rádio MEC	333
Nova dança para uma velha orquestra os sistemas nacionais de informação	346
Caricatura: análise, interpretação e representação documentária da imagem/texto	366

Dia 22-10 sala 4

Resumo do moderador (Texto não enviado pelo moderador)	
Documentos eletrônicos em processos comerciais: o caso das cidades de Angra dos Reis (RJ) e São Paulo (SP)	386
Fluxos documentais em ambientes empresariais: características, tipologias e usos	405
Letramento digital: um subsídio na formação do profissional arquivista	416
Proposta de Critérios para Escolha de Software Gerenciador de Arquivo: O Caso do Centro de Memória da Extensão da Ufes	430

Assinatura digital como fenômeno infocomunicacional: estudo de caso no judiciário brasileiro	440
Projeto de modernização dos arquivos do TJDFT – área-fim – PROMA	453
Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico	468
Repositórios Digitais e unidades de informação tradicionais e suas interfaces na Sociedade Informacional	482

Dia 22-10 sala 5

Resumo do moderador	503
Memória do trabalho: o tratamento do fundo documental do Sindicomerciários-ES e a sua importância para a história local	505
O arquivo e a memória das minorias sociais: um estudo do fundo grupo 'Somos' do arquivo Edgard Leuenroth	514
Estudo dos princípios de indexação e recuperação da informação em entrevistas de história oral	526
Antecedentes y perspectivas de la gestión del conocimiento en el Archivo Nacional de la República de Cuba desde la actividad de superación y postgrado visto a través de fuentes documentales.	539
Estudo de Usuários como instrumento para gestão de arquivos permanentes: aplicação na Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ	555
Arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a Memória Institucional	566
Tratamento da documentação processual manuscrita do acervo do tribunal regional federal do Rio de Janeiro século XIX e XX – características e peculiaridades	579
Usuários e pesquisas do arquivo da casa de memória Edmundo Cardoso (ACMEC)	594

Dia 23-10 sala 4

Resumo do moderador	610
A produção científica relacionada à Arquivística no Brasil: configuração de um campo extradisciplinar	618
A trajetória da arquivologia: três visões sobre os arquivos	636
A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em arquivologia no Brasil (1996-2006)	656
Monitoria Eletrônica e Hipertextos: relevância de sua aplicação no ensino aos profissionais da informação	676
A formação do estudante de arquivologia da universidade estadual da Paraíba	687
O mercado de trabalho do profissional arquivista da Universidade Estadual de Londrina–UEL-face à sua formação	701
A importância da leitura para os discentes do curso de arquivologia da universidade estadual da Paraíba/UEPB	717
A construção discursiva em arquivologia: aspectos conceituais	734

Eventos Paralelos	
I Encontro Nacional de Arquivos Médicos	
Projeto de revitalização e modernização dos arquivos médicos	754
I Encontro Nacional de Documentação do Setor Energético	
Nível de satisfação da organização documental da usina hidrelétrica de Itiquira – MT	771
II Encontro de Arquivos do Poder Legislativo	
Os arquivos do poder legislativo da Paraíba: uma proposta de gestão documental	788
IV Reuniões de Arquivos Judiciais	
Gestão de documentos no poder judiciário do estado do Rio de Janeiro	801
V Encontro de Paleografia e Diplomática	
A diplomática arquivística contemporânea: o papel teórico de Luciana Duranti	824



ENARA - Executiva Nacional das
Associações Regionais de Arquivologia
Arquivistas unidos pelo fortalecimento da profissão!!!

O ARQUIVO E A MEMÓRIA DAS MINORIAS SOCIAIS: UM ESTUDO DO FUNDO GRUPO ‘SOMOS’ DO ARQUIVO EDGARD LEUENROTH

SOUSA, Antonio Gouveia de
tonyunesp_2@yahoo.com.br

Bolsista MEC/SESu/PET-Biblioteconomia
Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho – UNESP- Marília – SP.

Orientador
GUIMARÃES, José Augusto Chaves
guimajac@marilia.unesp.br

Prof.º Dr. Departamento de Ciência da Informação
Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho – UNESP- Marília – SP.

Resumo

A memória coletiva é constituída a partir das recordações de acontecimentos ou ações que se deram no passado refletido e ligado em nosso presente, configurando-se então pelo esquecimento e pela lembrança. Assim, o arquivo surge como um lugar propício para o resgate ou construção de memórias coletivas ou individuais por meio da custódia de seus documentos que podem apresentar elementos que una ou identifique grupos e indivíduos. Dessa forma, objetiva-se demonstrar que o arquivo pode ser utilizado como lugar dispositivo de memória, com vistas a valorizar e preservar a memória de grupos ou indivíduos, como dos grupos de militância homossexual brasileiro, por meio do resgate do fundo grupo *Somos*, estabelecendo a relação entre a contextualização histórica e a custódia dos documentos. Para tanto prevê-se uma revisão bibliográfica com coleta de dados em instrumentos de pesquisas arquivística e consulta em alguns documentos de fundação do Arquivo Edgard Leuenroth. Esperam-se, como resultados, contribuir para estudos na área da Arquivística, sobre a custódia de documentos compostos em fundos não oficiais, demonstrando que estes podem ser utilizados para (re) constituição da memória e identidade.

Palavras-chave: Arquivo.Memória e Identidade. Movimento Homossexual. Grupo ‘Somos’.

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos públicos têm como função receber documentos que provêm das ações administrativas de qualquer segmento social que esteja inserido em seu contexto, servindo, posteriormente, como um ambiente de memória e identidade destes. Essas instituições resultam de seu período político e cultural, não conferindo muitas vezes a custódia de documentos de certos grupos ou minorias políticas.

Tradicionalmente o arquivo e suas funções não são amplamente conhecidos como representativa instituição que custodia documentos que possibilita a (re) constituição da memória de grupos como de algumas minorias sociais. Como afirma Pollak (207, p. 9) a memória é construída na tentativa de resgatar o passado por meio das lembranças e configura-se também pelo esquecimento, pois nem todos os fenômenos são passíveis de recordações, assim, recordamos uma pequena parcela de nosso passado.

Segundo LOWENTHAL (1995 p. 83, grifo do autor):

Relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves* anteriores, por mais diferente que tenhamos nos tornado. A perda da memória destrói a personalidade e priva a vida de significados.

O número de arquivos que constituem fundos com documentos relacionados às questões política e cultural da homossexualidade no Brasil são poucos, uma vez que a incidência de tipos documentais como registros médicos e boletins são freqüentes nestas instituições, ou seja, documentos que muitas vezes não relatam a vivência desses grupos em seus diferentes aspectos, pelo motivo das várias formas de preconceito. A isso se atribui o já mencionado fato de que os arquivos e suas funções são desconhecidos por muitas pessoas em nossa sociedade, fato este que acaba dificultando a disseminação das informações contidas nestes documentos, que podem ser utilizados para recuperar ou até mesmo constituírem a memória e identidade de grupos ou indivíduo, assim como para resguardar os direitos desses.

Segundo Mott (2007, p. 1),

A documentação manuscrita e a produção literária antiga conservada referem-se quase exclusivamente ao mundo dos homens brancos – pairando desconcertante silêncio sobre a pluralidade da população brasileira, rara são as informações e registros sobre mulheres, escravos, populações indígenas e demais minorias sociais, que somadas, constituíam a maioria do povo



brasileiro – malgrado minoritárias no acesso ao poder e ao direito de ficar na história.

A importância de estudos relacionados a acervos de minorias sociais é cada vez mais necessário, por seu direito a constituírem sua memória e também pela evidência de suas reivindicações políticas que foram negadas durante décadas, haja vista a especificidade que os documentos podem transmitir ao estudar o contexto desse movimento em sua generalidade, desde caso de discriminação até as práticas culturais do grupo, não retirando o direito de fazerem parte de nossa história e memória.

O problema dessa pesquisa é a constatação de que existem poucos arquivos constituídos com acervos de algumas minorias sociais no Brasil, em cujo contexto inserem documentos do movimento homossexual de nosso país neste contexto, pois muitos acervos pessoais de homossexuais foram destruídos por familiares durante muitos períodos por medo de repressão perante a sociedade. Assim, omitiu-se documentação sobre vítimas de crimes homofóbicos, sendo prática corrente na generalidade das famílias brasileiras a destruição de cartas, diários, livros, fotos e materiais pessoais logo após o falecimento de parentes gays, lésbicas e travestis, destruindo-se, assim, a memória daquela “ovelha negra” da família, ocorrendo o mesmo com a documentação de alguns grupos de sociabilidade homossexual. (MOTT, 2007).

O direito a memória das minorias sociais, seja ela de grupos homossexuais ou de qualquer outro, floresce atualmente pela necessidade de inseri-los num contexto histórico negado por muitos períodos de repressão em nosso país, como na Ditadura Militar ocorrida no Brasil de 1964 a 1985, tendo então poucas referências que contextualizem as vivências desses grupos. Observa-se também, que quando se trata de reivindicações de minorias sociais outros fatores devem ser considerados como o contexto cultural que vigorou cada período de nossa história, e a mentalidade preconcebida pelos segmentos dominantes (elitista) que de certa maneira não correspondera aos anseios da sociedade no geral, considerando o mosaico sócio-cultural no qual sempre existira no Brasil, sendo estes segmentos controladores do Estado e ainda do estilo ou “modelo de vida a ser seguido” segundo seus preceitos.

Mesmo que tardiamente, a (re) construção ou identificação da memória dessas minorias sociais é de importância para que esses possam inserir-se numa identidade maior dentro de um contexto sócio-político-cultural, como “seres” identificatórios, numa sociedade em que quem não tem sua memória viva e respeitada, está privado de se identificar como um indivíduo com atuação social presente de cidadania, como por exemplo, os judeus, os negros e



sua cultura afro-descendente, os homossexuais e suas reivindicações históricas etc. Aqui, cabe colocar que mesmo com a problemática da custódia de documentos e a falta de interesse de alguns arquivos brasileiros em resgatar os documentos dessas minorias, principalmente do movimento homossexual brasileiro, existem e devem ser referenciadas as instituições que se preocupam em preservar para posterioridade, acervos desta natureza que assim como outros são potencialmente ricos de informações para essas minorias e seus movimentos.

Como objetivo dessa pesquisa temos a contribuição para estudos na área da arquivística, sobre a custódia de documentos a partir da composição dos fundos privados. Assim como, demonstrar se a memória oficial (ou oficiosa) contempla as minorias sociais; evidenciar a relevância social do arquivo e do profissional arquivista quanto a sua participação para constituição de acervos para acesso, recuperação e divulgação da informação e contribuir para o estudo sobre a memória da homossexualidade no Brasil.

Esta pesquisa caracteriza-se, quanto aos objetivos, como exploratória e empírica, com aplicação de questionário para coleta de dados, estudos em instrumentos de pesquisa (inventário, guia e catálogo) do Arquivo escolhido.

Nesse contexto, tem-se o Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), que custodiava documentos que servem como fonte de pesquisa e para o enquadramento de memória de algumas minorias sociais, não se restringindo apenas aos documentos do militante pela causa operária e do militante Edgard Leuenroth, mas também do movimento homossexual brasileiro (Somos, Triângulo Rosa, João Mascarenhas etc), do feminista, do negro, e outros cuja importância é inegável para história dos movimentos sociais em nosso país.

Nora (1993, p.14) nos coloca que, embora a memória seja vivida no interior dos indivíduos, quase sempre ela necessita de suportes exteriores (materializada) e de referências tangíveis que só vivem através delas. Ainda, aponta que daí a obsessão pelo Arquivo que marca o contemporâneo e afeta, ao mesmo tempo, a preservação do presente e do passado.

Mas queremos delimitar aqui o Arquivo como fonte de pesquisa para re (constituição) da memória e identidade, materializado na custódia dos documentos e refletido na composição de seus fundos, respeitando o princípio da proveniência e a ordem original dos documentos, conceitos importantes quando pensamos no resgate da informação que esses documentos possam nos oferecer.

Cabe mostrar, também, que a constituição de alguns fundos “privados” que foram parar em alguns arquivos públicos e que hoje são de acesso público é resultado do esforço de segmentos (como alguns grupos de militância homossexual que conhecemos hoje) não

ligados ao governo ou as suas políticas arquivística, como no caso dos documentos de algumas minorias sociais que constitui hoje o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL - instituição pública, com documentos privados).

Observa-se então, que muitos documentos depositados no AEL foram guardados por pessoas interessadas em resguardar a memória de seus grupos que depois doaram ou venderam ao mesmo, a maioria desses documentos foram produzidos por alguns movimentos, refletindo em sua maioria, o contexto de algumas minorias sociais brasileira, tendo este arquivo um diferencial dos demais de nosso país, pois é observável nele, um acervo peculiar relacionado ao movimento homossexual, operário, negro, feminista etc.

Dessa forma, propõe-se, verificar como o Arquivo nos serve como um lugar dispositivo de memória e identidade de indivíduo ou grupos, que especificamente nesta pesquisa trataremos da composição do fundo grupo ‘*Somos*’ e sua contribuição para a memória de pessoas ou grupos do movimento homossexual brasileiro.

Os estudos sobre a custódia de documentos arquivísticos e sua relação com o fundo, que possa refletir nas questões acerca da memória coletiva ou identidade de grupos e indivíduos na área da arquivística privilegiará os aspectos sociais que o conteúdo destes documentos podem nos oferecer, enfocando questões como direito, história e memória (que nos serve para florescer nossa identidade), sob uma perspectiva epistemológica arquivística, colaborando então, para linha de pesquisa Informação e Sociedade. É importante ressaltar que mesmo com poucos estudos na área sobre esta temática, há literatura que nos oferece um rico recorte, sem comprometer seus objetivos.

Esta pesquisa contribuirá para que o movimento homossexual brasileiro e o grupo *Somos* possam ter um referencial sobre os elementos que norteiam a custódia de seus documentos, assim como para mostrar a responsabilidade social que o profissional arquivista (e até mesmo o governo vigente) deve ter quanto ao tratamento e a composição de acervo de qualquer natureza (de minorias sociais etc).

Segundo Facchini (2003, p.86) da bibliografia consultada por ela sobre os movimentos homossexuais no Brasil consta o grupo *Somos* como primeiro a reivindicar os direitos dos homossexuais em sua amplitude política, no qual surge em 1978 na cidade de São Paulo, uma vez que os movimentos anteriores tinham suas atividades pautadas unicamente para e na “sociabilidade” como, por exemplo, a Associação Brasileira de Imprensa Gay (1967-1968) e jornal *O Snob* (1963-1968).

O grupo cresceu rapidamente, obrigando seus integrantes a se estruturarem de forma organizacional, para troca de idéias e discussões, sendo que suas reuniões diversificavam-se

em casas de vários participantes, já que não havia um lugar disponível como sede, e até mesmo porque naquele momento não queriam centralizar ou burocratizar o grupo, vivendo em clima de semiclandestinidadade, necessário naquele período do Brasil em que eram até mesmo vigiados pela policia. (TREVISAN, 2004, p.345).

O Somos adquiriu uma grande notoriedade não somente do ponto de vista histórico, que o pontua como primeiro grupo de militância homossexual brasileiro de reivindicações políticas, mas também por ter marcado as vidas de pessoas que o compuseram, contribuindo para que muitos homossexuais se afirmassem e se identificassem como tais (FACCHINI, 2003, p.86).

Espera-se como resultado, demonstrar que o Arquivo pode ser utilizado como um lugar fonte de memória e identidade de grupos ou indivíduos através da custódia dos documentos, e que há intervenções políticas na formação de alguns acervos, excluindo e/ou renegando parte da memória de minorias sociais de nosso contexto histórico.

2 Movimento Homossexual e o grupo SOMOS

No início da década de 1960 surgem no Brasil associações de homossexuais preocupados com questões de sociabilidade, não se caracterizando ainda como grupos ou movimentos de militância política, o que surgiria, mais tarde.

Conforme expõe Facchini (2002, p. 88), os debates de 1979 realizados no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo tinham como proposta discutir questões sobre a organização das minorias sociais brasileiras, contribuindo para o surgimento de alguns movimentos de militância político-social, como o grupo ‘Somos’, considerado o primeiro grupo brasileiro de militância homossexual com caráter político.

Segundo Trevisan (2004, p.343), ao se discutir a homossexualidade nesse evento, sucedido na USP, ocorreu o mesmo problema que sucedera com causa racial, ou seja, a falta de interesse de muitos e até mesmo o preconceito em refletir a questão, visto a afirmação de um dos participantes no qual colocara que a luta homossexual não passava de uma tentativa de escamotear a luta de classes, causando uma discussão nunca vista até então. Nessa efervescente discussão que durou horas, o movimento homossexual brasileiro acabava de conquistar o seu primeiro espaço.

O surgimento do grupo *Somos* ocorreu perante muita controvérsia, pois estudantes e profissionais da esquerda universitária reiterara suas fidelidades ao dogma da luta de classes,



propriamente operárias, em cujo âmbito não haviam inserido, as questões da homossexualidade.

Conforme Trevisan (2002, p.373), a “luta maior” era, justamente, a luta do proletariado, o que deflagraria a revolução em seu sentido mais abrangente, sendo as demais irrelevantes e até mesmo divisionistas. Nesse contexto nasce o grupo ‘Somos’, nome “expressivo, afirmativo, palindrômico, rico em semiótica e sem contra indicações”, como dizia no documento de abertura publicado pelo grupo na época. O grupo era composto inicialmente em média por cem pessoas, as discussões eram sistematizadas para que tivessem uma melhor explanação das idéias e dos problemas a serem enfrentados, pois o grupo ainda estava na semiclandestinidade, necessária na época em que nosso país vivia o regime militar, que fora instaurado em 1964, durando até 1985, tendo a polícia acompanhado o trabalho de grupos considerados “comunistas ou subversivos”.

Em sua fase inicial, era um grupo de reconhecimento ou identificação, e os ingressantes eram obrigados a participar de reuniões informais, para se firmarem como integrantes. O número de mulheres no grupo cresceu muito ao longo do desenvolvimento de suas atividades, formando posteriormente grupos próprio para discussão de questões como machismo, preconceito racial e a homossexualidade feminina, até então, pouco discutida no ‘Somos’.

Na década de 80 o ‘Somos’ torna-se autônomo e passa a modificar sua gestão, fato este ligado ao amadurecimento de seu trabalho dividindo, então, os componentes do grupo em grupos de trabalho e dinamizando ainda mais suas atividades. Isso propiciou uma mudança no rumo do grupo foi sua afirmação de que a homossexualidade devia ser uma instância de determinação dos próprios homossexuais, não se ligando inicialmente a nenhum partido político, mas reivindicando apenas as suas causas, de inserção dos homossexuais numa sociedade menos preconceituosa e plena de direitos.

No final de 1979, começaram os preparativos do I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados, que aconteceu em São Paulo, no mês de abril de 1980 na Faculdade de Medicina da USP. Esse evento mostrou que a esquerda se interessava pelo movimento homossexual, porém sempre vigilante e com certo controle sobre os grupos (TREVISAN, 2004, p. 374).

Trevisan (2004, p.364) constata que a primeira formação do ‘Somos’, tinha como líder um Trotskista (que tinha dupla militância), norte-americano, para quem o grupo atirava como matriz orientando outros grupos que fossem surgindo, sendo os grupos menores uma filial e com número reduzido de pessoas.



Como já descrevemos anteriormente, o grupo era dividido em grupos de trabalho, como de Divulgação, com propostas de discussões teóricas, cursos e palestras, que foram oferecidas pelo segmento de convergência socialista, em sua sede. Esse segmento fez com que o grupo participasse de acontecimentos importantes de nossa história como a comemoração do 1º de maio de 1980, no Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo, junto com os trabalhadores do movimento sindicalista, propiciando divergências dentro do ‘Somos’.

Segundo Trevisan (2002, p. 369), ocorreu um escândalo no ‘Somos’ na década de 1980 ao descobrir um documento confidencial da Convergência Socialista que tratava de um manual com indicações sobre como tomar o poder dentro do movimento homossexual. Nele, o ‘Somos’ era visto como ponto de partida do proletariado dentro do Movimento Homossexual Brasileiro; e a convergência Socialista elegia-se, naturalmente, como a única vanguarda capaz de dar um adequado direcionamento revolucionário ao movimento homossexual. Esse fato fez com que saísse vários segmentos desse mesmo grupo, formando outros, como as lésbicas que, num primeiro momento, se uniram ao movimento feminista.

O surgimento da Revista “Lampião da Esquina” em 1979, fez com que a questão da homossexualidade e do grupo ‘Somos’ ficasse em evidência no país, ocasionando repressões aos líderes destes segmentos.

É importante ressaltar segundo Trevisan (2004, p. 371), que o Grupo Gay da Bahia (GGB), fundado em 1980, talvez seja o primeiro grupo de direitos homossexual a ser registrado como sociedade civil, em 1983, porém, a identidade homossexual (ou gay) não era pautada neste período inicial por várias problemáticas: ditadura, interesses políticos etc.

Trevisan (2002, p.376) aponta que a questão da identidade gay passa a ser mais discutida a partir dos anos 1990 ocasionada pela inserção dos homossexuais no mercado especializado para eles, passando a ser uma fatia de consumo importante para economia, surgindo jornais e revistas de teor mais voltados para cultura e consumo, do que somente os eróticos, dirigidos para um público maior do segmento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

Neste sentido, é de interesse, para a arquivística, refletir a produção e a custódia de documentos das minorias sociais, especificamente nesta pesquisa do movimento homossexual brasileiro, considerando a sua importância em nosso contexto, fato quase inédito durante muitos períodos por motivo de preconceito e perseguição política.

3 Arquivo e Memória Social



Conforme Bellotto (2000, p.3), o documento arquivístico representa muito mais que um suporte, uma estrutura e um conteúdo. Implica na guarda, circunstância e na vontade de dar origem a um fato. Também segundo a autora, indica um propósito por meio de qual um fato e uma vontade determinam conseqüências; é o resultado de um procedimento de criação que verá refletido na forma documental.

Esses fatos se configuram de várias formas, refletindo direitos, constituindo memórias, identidades, e acima de tudo colaborando para contar nossa história ou memória por outro viés, lembrando que o olhar arquivístico é importante nesse processo, fazendo uma boa política de guarda para que não deixe de contemplar todos os segmentos da nossa sociedade.

Gagnon-Arguin (1998, p. 34) nos mostra a importância do arquivo para investigação, utilizado por diferentes áreas do conhecimento, como na Sociologia, Demografia, Medicina, investigação em Arte e em outras áreas, mas o que nos chama mais atenção é que os documentos dessa instituição nos expõem o conteúdo ou informações de nossas raízes. Segundo a autora, os arquivos estão longe de serem depósitos exclusivos de atos oficiais resultantes de atividades administrativas e sim, instituições destinadas a recolher, organizar, conservar e tornar acessíveis os documentos da memória coletiva.

Alguns vestígios podem auxiliar para que grupos ou indivíduos possam construir sua memória ou identidade a partir de outros grupos que, segundo Lowenthal (1998, p. 84), “[...] aqueles que trazem mais de seu passado para o presente confirmam sua própria identidade e enriquecem o presente com os resíduos amplificados do passado”.

Tendo a lembrança um caráter pessoal e contribuindo o esquecimento para o seu processo, aumenta a dificuldade de confirmá-la, pois ninguém poderá comprovar nossas experiências pessoais, somente nós mesmos e muitas vezes com implicações ocasionadas pelo esquecimento, sendo então importante a materialização de nossas ações em suportes duráveis ao condicionamento do tempo numa instituição que possa nos oferecer o resgate de nossa memória. Lowenthal (1998, p. 109) mostra que para lembrar e comunicar o passado é preciso haver instituições complexas e duradouras, preservando-se então os arquivos contra o lapso da memória.

É de grande relevância explicitar que a memória apresenta algumas fragilidades, por seu caráter seletivo e sua condicionante a lembrança, pois muitas vezes recordamos através de eventos marcantes ou aquilo que nos deu satisfação em certo período de nossas vidas, mostrando-se então nesse momento, segundo Nora (1993, p. 13), a importância dos lugares da memória, não querendo nós que fatos se percam no tempo, ou deixemos de lembrar outros

fatos não tão marcantes, mas que talvez seja importante para nossa identidade e memória e inserção num contexto social.

Pollak (1992, p. 207) coloca que a memória é socialmente construída, assim como toda documentação, logo as fontes escritas ou orais não apresentam diferença entre si, porém, é evidente que a construção que fazemos do passado, inclusive a construção mais positivista, é sempre tributária da intermediação do documento.

Visto a importância da memória para os grupos e indivíduos que dela se apropriam, é de relevância refletir aqui os lugares da memória conforme a concepção de Nora (1993), especificamente o Arquivo, como este é apresentado como instituição detentora de documentos com valor de prova e como serve para (re) constituição da memória coletiva.

Segundo Decca (1992, p. 130),

A própria produção de lugares da memória em nossos dias atesta essa nova percepção de ruptura, onde o cidadão tem plena consciência da impossibilidade de uma memória espontânea, garantida por suportes sociais e coletivos. Este sentimento tem gerado novos suportes da memória, onde grupos e minorias organizam sistematicamente os seus arquivos e mantêm sua preservação por meio de uma organização constante de celebrações e outros rituais. Refúgio para lugares onde se possa preservar a continuidade do passado e do presente, em tempo onde a mundialização, a massificação e o fenômeno da mídia rompem com todo o equilíbrio e com os suportes coletivos da memória, tal como existiram nas sociedades pré-industriais.

Nora (1993, p. 16) pontua que o arquivo mudou de sentido e até mesmo de status, não é mais o saldo intencional de uma memória vivida, mas a expressão voluntária e organizada de uma memória perdida. Afirma que este só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica e se for objeto de um ritual, e na falta dessa intenção de memória os arquivos serão apenas lugares de história.

Ao observar as definições de Nora e Lowenthal podemos assegurar que, ao se atribuir o Arquivo como lugar de memória por meio de seus documentos, contribuiu-se para formação ou junção da memória coletiva e identidade de grupos e indivíduos que muitas vezes não tiveram seu espaço no discurso historiográfico e na memória oficial de seu país por determinados motivos como, por exemplo: repressão política, preconceito ou discriminação, sendo que a intenção observada por Nora é importante para esse processo.

Segundo Jardim (1995, p. 1), “[...] a memória parece visualizada, sobretudo como dado a ser arqueologizado e raramente como processo e construção sociais” fato este que não deveria acontecer, pois os lugares de memória nos servirão para resgatar ou construir memórias perdidas ao longo do tempo, no qual apresenta valores sociais significativos como à



afirmação de identidades e até mesmo o direito das minorias sociais em fazerem parte da memória histórica de seu país, sendo estes fatores culturais muitas vezes implicados pela falta de visão e apreciação de muitos segmentos de nossa sociedade em ver a informação e a documentação como instrumento de transformações em nível político-social.

4 Considerações Parciais

A falta de políticas que identifique a frequência e o fundo consultado fez com que não identificássemos como se processa as pesquisas em nosso objeto de pesquisa, que nesse caso é o fundo grupo Somos, para que pudéssemos apontar se há trabalho relacionado ao enquadramento de memória de ex-militantes ou do próprio movimento homossexual.

Percebe-se também, que na década de 1980 ocorrem as primeiras iniciativas na constituição de acervos relacionados a minorias sociais, assim como sua importância para a história e memória brasileira, motivado pelas mudanças político-sociais ocorridas no Brasil.

A luta das minorias sociais pela inserção de suas identidades no contexto brasileiro fez com que aos poucos fosse mudado o cenário de suas reivindicações, refletindo diretamente no surgimento de centros de documentação ou fundo de arquivos especializados na temática.



REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

DECCA, E. S. de. Memória e cidadania. In: SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. **O direito a memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. 333 p.

FACCHINI, R. Somos – Grupo de afirmação homossexual: 24 anos depois. Reflexões sobre os primeiros momentos do movimento homossexual no Brasil, **Cadernos AEL**: Homossexualidade, sociedade, movimento e lutas, Campinas, v.10, n. 18/19, p. 79-123, 2003.

GAGHON-ARGUIN, L. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística. In: ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1998.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos, **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 01-13, 1995

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 17, p. 63-180, nov. 1998.

MOTT, L. R. de B. **Memória gay no Brasil**: o amor que não permite dizer o nome. Disponível em: <<http://br.geocities.com/luizmottbr/artigos07.html>>. Acesso em: 05 maio 2007.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, v. 10, p. 07-28, dez. 1993.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2007.

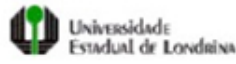
TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade. São Paulo: Record, 2004.



III Congresso Nacional de Arquivologia

20 a 24 de outubro – Rio de Janeiro

Apoiadores :



Patrocínio



Realização



Organização

